

Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil: um mapeamento em nível estadual

Vitória Sanchez

Larissa Santos Sousa

André Gal Mountian

Andrea Lucchesi

Monitoramento e avaliação (MA) de políticas públicas constituem práticas fundamentais para aperfeiçoar a gestão pública e alcançar resultados sociais almejados. A literatura afirma a falta de estruturas de MA no poder público brasileiro, porém pouco é apresentado de dados relacionados para evidenciar isso. O objetivo desta pesquisa é realizar um mapeamento das estruturas organizacionais, em nível estadual, voltadas ao MA nos 26 estados e no Distrito Federal. Busca-se identificar órgãos responsáveis, regulamentações, metodologias empregadas, publicidade das ações realizadas e áreas setoriais mais monitoradas ou avaliadas. A metodologia utilizada baseou-se em pedidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) a todas as secretarias estaduais, totalizando 541 solicitações, bem como em dados públicos disponibilizados nos sites das secretarias. Os dados revelam que apenas parte das secretarias têm estruturas formais de MA, com destaque em Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo. Além disso, o mapeamento mostrou diversidade de variadas metodologias e a atuação de fundações governamentais em apoio a atividades avaliativas.

RESUMO EXPANDIDO

Monitoramento e avaliação (MA) de políticas públicas constituem práticas fundamentais para aperfeiçoar a gestão pública e alcançar resultados sociais almejados. A Constituição de 1988 ampliou o escopo e a cobertura da política social no Brasil e, em decorrência de sua expansão, criou-se a necessidade de institucionalizar as práticas de monitoramento e avaliação que permitem aferir os impactos das intervenções governamentais.

A literatura tem apontado que o processo de criação de estruturas de MA passaram a ser desenvolvidos posteriormente e em ritmo mais lento do que o necessário (Januzzi, 2011). De acordo com Faria (2005), existe uma fragilidade institucional do país nesse campo. O autor observa que a prática avaliativa ainda é incipiente e frequentemente conduzida por organismos externos ao setor público. Apesar de avançar em relação aos grandes desafios sobre MA na gestão pública, a literatura especializada, de forma geral, não apresenta de forma pormenorizada, do ponto de vista institucional, como as atividades de MA ocorrem em nível federal e, especialmente, nos estados e municípios. Alguns trabalhos recentes avançaram neste tipo de mapeamento, como FGV Clear (2025), que explorou MA em secretarias estaduais de os questionários foram enviados a representantes de Secretarias de Planejamento, Secretarias de Economia ou Fazenda, ou gabinetes de Governo. De forma paralela, foi publicado em 2025 um estudo voltado ao mapeamento de

observatórios em 13 cidades que busca analisar como os observatórios são instrumentos de monitoramento e transparência no país e sua importância nesse tema (Rocha, 2025).

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo mapear em secretarias estaduais, unidades organizacionais específicas de monitoramento e avaliação, identificando: órgãos responsáveis (departamentos, coordenadorias, assessorias) e sua regulamentação, existência de observatórios, as metodologias adotadas, publicidade de atividades e áreas e setores mais avaliadas/monitoradas. A relevância dessa pesquisa se encontra na sistematização das informações e na construção de um panorama comparativo das estruturas estaduais de MA no Brasil. A metodologia adotada foi descritiva e quantitativa, com envio de pedidos formais via Lei de Acesso à Informação (LAI) e complementada por levantamento de dados públicos em sites governamentais.

Foram enviados formulários específicos às Secretarias dos 26 estados e Distrito Federal, totalizando 541 pedidos de LAI por meio do FalaBR e das ouvidorias dos estados. Em casos de necessidade de complementação das respostas das solicitações via LAI também foram realizadas buscas em sites governamentais, que envolveu: busca em organogramas das secretarias estaduais por estruturas administrativas de MA e busca por palavras-chave sobre MA no site das secretarias estaduais.

Até o momento, foram recebidas 126 respostas de secretarias (23% do total), com ao menos uma resposta de cada unidade federativa. Dessas, 74 secretarias indicaram ter estruturas formais voltadas ao monitoramento e 48 à avaliação. Identificou-se a existência de estruturas organizacionais dedicadas ao MA com diferentes níveis de institucionalização. Destacam-se Minas Gerais e Ceará, que contam com sistemas consolidados, coordenados pelas Secretarias de Planejamento, com modelos padronizados adotados por outras secretarias setoriais. O Espírito Santo também apresenta estrutura semelhante, alocada na Secretaria de Economia e Planejamento. Esses achados coincidem com os resultados do estudo da FGV CLEAR (2025), que também apontou esses estados como mais estruturados.

Quanto à formalização, 61% das secretarias informaram que suas unidades de MA são regulamentadas por decretos ou normativas internas. Observou-se que 62% dos órgãos de MA foram criados a partir de 2020. Antes disso, geralmente tratava-se de departamentos adaptados ou que já estavam presentes no momento de criação da Secretaria.

Em muitos casos, a avaliação é conduzida pelas Secretarias de Planejamento, que assumem papel estratégico na avaliação de políticas setoriais. Também foi apontada a participação de fundações e institutos governamentais, como a Fundação João Pinheiro (MG) e o Instituto Jones dos Santos Neves (ES), na realização de MA.

Quanto às políticas públicas monitoradas e avaliadas, a porcentagem de resposta das secretarias foi de 88% para políticas ativas e 24% para inativas. A baixa taxa de respostas sobre políticas inativas pode estar relacionada à ausência de mapeamento sistemático ou à dificuldade de acesso a informações históricas sobre políticas já descontinuadas. Em alguns casos, a vigência ou inatividade das políticas segue o ciclo do PPA estadual.

Das 74 secretarias com estruturas de MA, 47 publicam relatórios de monitoramento e 33 de avaliação. Além disso, 54 secretarias afirmaram realizar MA em parceria com outras secretarias, principalmente com as de Planejamento, enquanto 11 disseram não manter parcerias. Apenas 8 secretarias citaram apoio de consultorias externas, com destaque para institutos e fundações públicas. Um exemplo relevante é Minas Gerais, onde a Fundação João Pinheiro, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e a Controladoria-Geral do Estado, conduz avaliações de políticas públicas.

Sobre metodologias utilizadas, 67 secretarias afirmaram dispor de métodos definidos para monitoramento. Entre os instrumentos citados estão sistemas próprios, como o Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas e Projetos (SIAP) do Ceará, além de mecanismos baseados em indicadores, execução física e orçamentária. Para avaliação, foram obtidas 46 respostas mencionando abordagens como matriz de marco lógico, avaliação de impacto e de processo, demonstrando diversidade metodológica. Apenas um órgão indicou ter equipe especializada em MA.

Em relação aos observatórios, 30 secretarias informaram possuir um próprio (40% do total), sendo que 3 não são acessíveis ao público. Outras 9 secretarias indicaram representação de seus dados em observatórios estaduais do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, C.A.P. de. A POLÍTICA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Revista brasileira de ciências sociais, v. 20, p. 97-110, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZF8MBF9KJBt9RwbXc5RZFKH>. Acesso em: 30 maio 2025.

FGV CLEAR. DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. São Paulo: FGV Clear, 2025. Disponível em:

<https://fgvclear.org/website/wp-content/uploads/fechado-diagnostico-sistemas-avaliacao-ebook.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

JANNUZZI, P.M. AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL: REPENSANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS DAS PESQUISAS AVALIATIVAS. Planejamento e Políticas Públicas, [S. l.], n. 36, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>. Acesso em: 30 maio 2025.

ROCHA, Heber Silveira. Governo Aberto em âmbito municipal: O caso dos observatórios de políticas públicas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 30, p. e90973, 2025. Disponível em: [SciELO Brasil - GOVERNO ABERTO EM ÂMBITO MUNICIPAL: O CASO DOS OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS](#). Acesso em: 04 de junho de 2025.